

A Polissemia da Governança Pública nos Estudos do Turismo: uma revisão sistemática

Elias José Mediotte^a
Magnus Luiz Emmendoerfer^b
Guilherme de Avelar Oliveira^c

Resumo

Embora a literatura aponte que no campo da Governança Pública exista um crescente debate acerca das discussões sobre planejamento e implementação de políticas, envolvendo a Administração Pública e os *stakeholders*, entende-se que os estudos destinados ao turismo, sobretudo aos aspectos conceituais daquela temática, são limitados. O objetivo deste artigo é compreender as formações discursivas relativas ao entendimento da comunidade acadêmica sobre o conceito de Governança Pública, no contexto do turismo. Ao longo deste estudo, são apresentadas perspectivas bibliográficas sobre a Nova Governança Pública, a Nova Gestão Pública e o Turismo. São discutidas e analisadas, por meio de uma revisão sistemática, as concepções de governança constituídas em 21 trabalhos acadêmicos, a partir de uma abordagem qualitativa, exploratória-descritiva. Os resultados apontam que a Governança Pública no turismo tem sido caracterizada, em grande parte da produção acadêmica, como paradigma econômico normativo e fomentador de parcerias público-privadas. As conclusões do presente estudo apontam para uma sucessiva desarmonia entre as concepções acadêmicas relativas aos conceitos concebidos, tendo em vista a inclinação para bases eminentemente gerencialistas, prescritas pela Nova Gestão Pública, em detrimento da coprodução de ações coletivas, com expressiva atuação da comunidade civil nesse processo, o qual reflete a real proposição da Nova Governança Pública.

Palavras-chave: Nova Governança Pública; Nova Gestão Pública; Turismo; Coprodução.

Abstract

The polysemy of Public Governance in Tourism studies: a systematic review

Although literature points out that there is a growing debate at the Public Governance field about planning and implementing policies involving Public Administration and Stakeholders, studies aimed at tourism, especially about the conceptual aspects of that theme, are limited. This article proposes to understand the discursive formations related to the academic community's understanding of the concept of Public Governance in the tourism sphere. It presents bibliographical perspectives on New Public Governance, New Public Management, and Tourism. The Concepts of Governance from 21 academic papers are discussed and analyzed through a systematic review based on a qualitative exploratory-descriptive approach. The results show that, for the majority of the analyzed academic works, Public Governance in tourism is characterized as a normative economic paradigm and as a promoter of public-private partnerships. We conclude that there is

- a. Doutorando em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: eliasmediotte@gmail.com
- b. Pós-doutor em Políticas Públicas de Turismo Criativo pelas Breda University of Applied Sciences (Bua) e pela Universidade do Algarve (Ualg). Docente de Administração Pública na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: magnus@ufv.br
- c. Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gavelaroliveira@gmail.com

a successive disharmony among the concepts related to Public Governance at Tourism. It happens due to the inclination of public management towards the eminent managerial bases prescribed by the New Public Management, in detriment to the co-production of collective actions, with an expressive performance of the civil community in this, that reflects the real proposition of New Public Governance.

Keywords: New Public Governance; New Public Management; Tourism; Coproduction.

Resumen

La polisemia de la Gobernanza Pública en los estudios de Turismo: una revisión sistemática

Sin embargo, la literatura señala que en el ámbito de la Gobernanza Pública existe un creciente debate sobre las discusiones sobre planificación e implementación de políticas, involucrando a la Administración Pública y los actores, se entiende que los estudios dirigidos al turismo, especialmente los aspectos conceptuales de esa temática, son limitado. El objetivo de este artículo es comprender las formaciones discursivas relacionadas con la comprensión de la comunidad académica del concepto Gobernanza Pública en contexto del turismo. En el transcurso de este estudio fue presentadas perspectivas bibliográficas sobre Nueva Gobernanza Pública, Nueva Gestión Pública y Turismo. Se discutió y analizó, **por medio** de revisión sistemática, concepciones de gobernanza constituidas en 21 artículos académicos, desde un enfoque cualitativo e exploratorio-descriptivo. Los resultados muestran que la Gobernanza Pública en turismo se ha caracterizado, en gran parte de la producción académica, como paradigma económico normativo y promotor de alianzas público-privadas. Las conclusiones del presente estudio apuntan a una sucesiva falta de armonía entre las concepciones académicas relacionadas con los conceptos concebidos, ante la inclinación de bases inminentemente gerenciales, prescritas por la Nueva Gestión Pública, en detrimento de la coproducción de acciones colectivas, con el desempeño expresivo de la comunidad civil en este proceso, que refleja la propuesta real de la Nueva Gobernanza Pública.

Palabras clave: Nueva gobernanza pública; Nueva gestión pública; Turismo; Coproducción.

INTRODUÇÃO

A governança não possui um conceito único. De um lado, há uma literatura que a define como mecanismo de atuação conjunta entre a gestão pública e os diversos interessados na formulação e, posteriormente, na implementação de políticas públicas, também categorizados como *stakeholders*, diante de um problema identificado ou iminente (Kissler & Heidemann, 2006; Secchi, 2013). Por outro lado, percebe-se que a governança está ladeada por uma série de outras interpretações. Portanto, trata-se de um conceito em construção, cuja investigação desperta o interesse de estudiosos (Cario & Nicolau, 2012; Silva, 2012; Wegner & Padula, 2011).

Apesar disso, é possível identificar uma concepção epistemológica no contexto da Administração Pública, baseada na coprodução dos serviços públicos e na representatividade dos atores públicos e *stakeholders*, por meio das relações de redes de coordenação, colaboração e cooperação, seja na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de uma política pública (Blair, 1999; Klijn, 2012; Neto, Salm, & Burigo, 2014; Osborne, 2006; Pollitt & Bouckaert, 2011;

Provan & Milward, 2001; Radnor, Osborne, & Nasi, 2013; Rashman & Radnor, 2005; Trentin, 2016).

Especificamente na gestão do Turismo, desafios são evidenciados, principalmente quanto à realização de ações conjuntas, como cooperação incipiente, falta de planejamento e participação escassa no processo decisório. Essa situação foi confirmada pelo estudo de Tomazzoni (2007) e Trentin (2016). Portanto, a governança pública, que consiste na organização e condução de ações em prol do desenvolvimento turístico (Antero, 2015), é uma alternativa para lidar com tais desafios. Entretanto, esse termo é caracterizado pela polissemia e complexidade, em função das diversas abordagens utilizadas para compreendê-lo.

No intuito de promover melhores esclarecimentos acerca da sua definição, surge na literatura uma série de subdomínios da governança, a partir da aplicação de adjetivos que a constituem. Terminologias que lapidam o conceito de governança são empregadas nos estudos acadêmicos e apontam para os aspectos ressaltados na multidimensionalidade desse fenômeno. Assim, tem-se a governança como um ideal relacionado a um paradigma político quanto à mudança na forma de governar, e não um governo (Trentin, 2016).

Em um cenário de pluralidade terminológica, torna-se necessário que se explicitem as divergências teóricas e conceituais presentes na governança. No contexto do turismo, Gonzáles (2014) percebe que entre os hiatos no processo de consolidação desse campo teórico, encontram-se diversos termos e concepções empregados nos trabalhos sobre governança pública, o que confirma o campo polissêmico e divergente, no que tange ao conceito, características e suas aplicações conceituais.

Tal circunstância apresenta uma lacuna teórica a ser explorada, e sobre ela pretende-se debruçar o presente estudo, que visa responder à seguinte questão: De que forma a comunidade acadêmica tem abordado o conceito de governança pública, no contexto do turismo? As possíveis respostas a esse questionamento oferecem oportunidades para que seja apresentado, sob uma perspectiva reflexiva, o *background* teórico presente nas principais pesquisas da área, suas diretrizes conceituais, terminológicas e as principais tendências de desenvolvimento do campo em análise.

Portanto, este estudo tem como objetivo compreender as formações discursivas relativas ao entendimento da comunidade acadêmica sobre governança pública, no contexto do turismo. Espera-se, nesse sentido, compreender as manifestações da governança, por meio da sistematização da literatura acadêmica a ser estudada.

No que tange ao objeto deste estudo, nomeadamente pela governança pública no turismo, foi construído um panorama bibliográfico, disposto na revisão de literatura. Para a análise e discussão de dados, foi selecionado um conjunto de 21 artigos produzidos pela comunidade acadêmica que abarcam o termo governança pública. Tais textos, estão abrigados nos periódicos brasileiros de turismo dispostos no portal eletrônico do Ministério do Turismo (Brasil, 2018), com estratos A2, B1 e B2, segundo o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foi considerado o horizonte temporal 2013 a 2018. Especificamente para este estudo, a comunidade acadêmica se constitui pelo conjunto de autores, cujos trabalhos direcionam-se à governança e turismo.

Esta proposta se configura importante, uma vez que são diversos os termos e conceitos de governança, especificamente no turismo, o que representa um

campo dotado de substantivas divergências não reconhecidas (González, 2014; Tomazzoni, 2009; Trentin, 2016).

O ineditismo do presente estudo consiste em identificar como o posicionamento teórico dos autores influencia a compreensão dessa governança e, como esse posicionamento tem sido engendrado ao longo do tempo.

NOVA GESTÃO PÚBLICA, NOVA GOVERNANÇA PÚBLICA E O TURISMO

O conceito de *New Public Management* (Nova Gestão Pública) surgiu no Reino Unido, na década de 1970 e foi desenvolvido como critério de Parcerias Público-Privadas (PPPs). A tendência à globalização e ao neoliberalismo desencadeou a necessidade de um olhar mais mercadológico, no sentido de as organizações públicas serem induzidas a competirem umas com as outras, enfatizando a maximização do desempenho e a eficiência na prestação de serviços. Alinhado a isso, considera-se, também, o provimento e o aporte do setor privado, fazendo com que o novo espírito do capitalismo pudesse engrenar a máquina pública (Bel, Hebdon, & Warner, 2018; Diefenbach, 2009; Osborne, 2006; Seabra, 2001).

Portanto, a transferência de responsabilidades da Administração Pública ao setor privado, compreendida também como co-concessão, possui trâmites legais via contrato de prestação de serviços, onde se analisam prioritariamente os custos com produção e promoção dos serviços prestados. Sendo assim, essas PPPs, totais ou parciais, tendem a repassar aos parceiros privados a gestão dos serviços de interesse público (Cossalter, 2004). Tais parcerias, preconizadas como gerencialismo, são fundamentadas pelo *Value for Money* por meio de processos flexíveis quanto aos resultados ou à tomada de decisão pelos atores sociais, tornando a Administração Pública mais funcional, versátil e célere (Diefenbach, 2009; Pollitt, 2000).

No Brasil, a partir da década de 1990, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi instituída a Reforma do Estado, havendo o surgimento de políticas voltadas para a diminuição do poder do Estado, e uma embrionária estrutura de governança direcionada para o mercado, no intuito de subsidiar a resolução de problemas socioeconômicos (Diefenbach, 2009; Imasato, Martins, & Pieranti, 2010; Pacheco, 2010; Seabra, 2001).

Porém, entende-se que a participação e cooperação de todos os *stakeholders* nessa estrutura seja algo preterido, uma vez que o gerencialismo burocrático tradicional ainda prevaleça, independente e concentrado a uma 'elite político-estratégica', que acredita no desempenho através da capacidade gerencial desagregada da democratização (Diefenbach, 2009; Imasato et al., 2010). Também é possível inferir que todo esse processo de mudanças seria o prelúdio para a Nova Governança Pública, marcada por maior cooperação e engajamento civil através do monitoramento dos serviços, cobrança e participação nos resultados.

O que se percebe, duas décadas após o domínio da Nova Gestão Pública, é uma Administração buscando interagir com o cidadão, mesmo que de forma incipiente, porém, mais flexível do que o paradigma centrado no gerencialismo. A introdução de modelos e técnicas do setor privado ainda permanece, sobretudo as formações de redes interorganizacionais. Neste sentido, a Administração Pública

procura através da coordenação, cooperação e colaboração, obter a participação na coprodução de políticas, por meio da governança (Fontes Filho, 2014).

Além das parcerias, via agências governamentais e setor público, a governança pública envolve os *stakeholders*, constituídos por atores não públicos, como associações de classe, empresa-líder, sociedade civil e entidades do terceiro setor (Kissler & Heidemann, 2006; Secchi, 2013). Neste sentido, há um posicionamento mais amplo ao proporcionar condições para uma gestão interdisciplinar, permitindo a participação de diversos atores que exercem distintas lideranças. Tais pressupostos são condicionantes ao que se compreende por Nova Governança Pública.

A ideia de coprodução dos serviços públicos é uma característica do modelo da Nova Governança Pública que, por vezes, é confundida com aspectos da Nova Gestão Pública. Embora não haja um consenso na literatura acerca da distinção entre ambas e mesmo assegurando que exista outras posições a respeito, este estudo pressupõe que a Nova Governança Pública se configure de forma distinta da Nova Gestão Pública, e, portanto, são mutuamente exclusivas.

Neste sentido, a Nova Governança Pública propõe a ênfase no cidadão para a coprodução de ações, assegurando, não somente a eficiência, transparência e *accountability*, mas também a participação, o controle e o altruísmo. Portanto, “o termo ‘cliente’ é um termo passivo. Os clientes são atendidos. A coprodução implica que os cidadãos podem desempenhar um papel ativo na produção de bens e serviços públicos de consequência para eles” (Ostrom, 1996, p. 1073, tradução nossa). Isto posto, apregoa-se que a proposta da Nova Governança Pública está no enfoque à qualidade dos serviços através da modernização administrativa, onde o *value for money* (Diefenbach, 2009; Pollitt, 2000) concede lugar para o *public value* (Pollitt & Bouckaert, 2011).

Direcionando a perspectiva da Nova Governança Pública para o turismo, sabe-se que a partir da década de 1990, a literatura desta temática começou a se modificar (Greenwood, 1993). Tal mudança gerou implicações significativas para o campo do turismo, uma vez que contextualiza as relações entre atores, a capacidade de agir do Estado, a constituição de instrumentos e indicadores de políticas e, potencialmente, a definição de problemas públicos (Hall, 2011).

Além disso, a governança tem recebido atenção considerável no contexto do turismo devido às maneiras pelas quais podem facilitar a coordenação de interesses e recursos públicos e/ou privados, bem como garantir a sustentabilidade dos destinos turísticos, com a inclusão dos cidadãos nos processos de formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo e nas tomadas de decisão de ações coletivas (Beaumont & Dredge, 2010; Hall, 2011).

Encontra-se na literatura que a governança no turismo possa promover confiabilidade e legitimidade para formulação de políticas públicas e resolução de problemas derivados da exploração turística (Klijin, 2012; Trentin, 2016). Portanto, a partir da governança, o desenvolvimento do turismo seja mais promissor, com o envolvimento das parceiras público-privadas (Fernandes, 2017) e com a participação dos cidadãos nos processos de coprodução de ações coletivas, segundo propõe a Nova Governança Pública (Blair, 1999; Osborne, 2006; Pollitt & Bouckaert, 2011; Provan & Milward, 2001).

Os debates sobre o desenvolvimento do turismo podem abranger diversas perspectivas acerca da Nova Governança Pública, como fomentadora do bem-estar social em destinos turísticos, da coesão social, equidade e redução da pobreza.

No momento em que essas perspectivas são incorporadas às políticas, pode-se apreender que elas são resultado do trabalho conjunto entre atores públicos e *stakeholders* (Beaumont & Dredge, 2010; Jenkins & Dredge, 2007).

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, caracterizada como um trabalho de pesquisa de pesquisas; de nível exploratório-descritivo, que visa ao meta-estudo qualitativo da produção científica, de forma a viabilizar generalizações e previsões no uso dos dados e apresentar novos caminhos para tomadas de decisões de novas pesquisas na área. O meta-estudo, segundo Rich et al. (1999), é uma técnica rigorosa amplamente utilizada, que objetiva acumular resultados de vários estudos para se chegar à representação mais acurada de caráter relacional, do que outros métodos de estudos considerados de forma individual.

Foram analisadas as características de uma área emergente da Administração Pública, qual seja, a governança no contexto do turismo. Oliveira (1996) apregoa que estudos dessa perspectiva apresentam questionamentos sobre procedimentos metodológicos, alcance e limitações dos enfoques teóricos utilizados. O mesmo autor registrou que a pesquisa de pesquisas é uma atitude deliberada e sistemática de busca à expressão, concepção e produção dos diversos campos científicos.

Para a análise dos dados foi adotada a técnica de análise do conteúdo. Para Vergara (2006), a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que é emitido a respeito de determinado tema, característica que a torna convergente aos objetivos desta pesquisa. Ainda, segundo Richardson (1999), a análise de conteúdo é fundamental para o estudo das motivações, das atitudes, dos valores, das crenças e tendências.

Devido à necessidade de delimitar o escopo da pesquisa, optou-se pela abordagem relativa às formações discursivas da comunidade acadêmica através dos periódicos nacionais especializados no turismo. Dessa forma, compreender como a comunidade científica brasileira tem abordado o conceito de governança pública, no contexto do turismo, complementa o objetivo proposto.

Buscou-se os periódicos classificados no *Qualis*, e referendados pela CAPES (Brasil, 2018). Tendo em vista a inobservância de periódicos nacionais de turismo indicados com estrato A1, até a data limite do encerramento e conclusão desta pesquisa, considerou-se aqueles com os estratos A2, B1 e B2 como base para a coleta dos dados e por entendê-los como mais bem qualificados pelos programas de pós-graduação no Brasil (Brasil, 2017). Isto posto, considerando as oscilações dos estratos provenientes das avaliações anteriores, pela CAPES, delimitou-se o recorte temporal por meio do quadriênio 2013-2016, com validade até o presente momento da conclusão do presente estudo.

De acordo com as fases da análise de conteúdo (Bardin, 2014), classificadas em pré-análise; exploração do material e; tratamento dos resultados, adotou-se, no primeiro momento, para a coleta dos dados da pesquisa as revistas nacionais especializadas no turismo através do portal eletrônico do Ministério do Turismo (Brasil, 2018). Obteve-se como resultado desta etapa, o total de 6 periódicos, sendo 1 descartado por ser classificado como estrato B3. Posteriormente, foi realizado um levantamento bibliográfico dos artigos publicados nessas revistas com a

palavra-chave “governança”, filtrada nas pesquisas avançadas de cada periódico no horizonte temporal delimitado. Utilizou-se como escopo o título, resumo, termos indexados e texto completo, totalizando 21 artigos em 4 revistas, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Delimitação da pesquisa

Levantamento Quadriênio 2013-2016		Revistas On-line	Qualis Capes
Ano de Publicação	Quantidade de Artigos Publicados	Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)	B1
2013	1	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (ANPTUR)	A2
2014	5		
2015	3	Revista Turismo em Análise (USP)	B1
2016	3		
2017	8	Turismo: Visão e Ação (UNIVALI)	B1
2018	1		

Fonte – Elaboração própria (2018).

Por fim, para o tratamento dos resultados constituídos no próximo tópico, optou-se pela grade de categorias abertas, que, segundo Laville e Dionne (1999) é uma grade flexível, na qual as categorias de análise são definidas durante o andamento da pesquisa. Vergara (2006) recomenda a grade aberta para pesquisas de cunho exploratório, como é o caso deste estudo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

A partir da descrição metodológica relatada no tópico anterior, inicia-se a análise e discussão dos dados apresentados no Quadro 2, cronologicamente, os artigos selecionados.

Quadro 2 – Artigos selecionados

Ano	Revista	QUALIS	Título do Artigo	Autor(es)	Código
2013	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão	Mielke & Pegas	1
2014	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	O Papel das Redes Sociais no Desenvolvimento de Práticas Turísticas Sustentáveis: algumas reflexões teóricas	Delgado	2
2014	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	O Ecoturismo no Estado de Pernambuco: uma visão do segmento a partir da oferta de serviços	Dias & Vital	3

(continua...)

Quadro 2 – Continuação

Ano	Revista	QUALIS	Título do Artigo	Autor(es)	Código
2014	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (ANPTUR)	A2	Interação Empresários-Setor Público no Turismo: uma análise institucional e neocorporativa na cidade de Huelva (Espanha)	Gomes et al.	4
2014	Turismo: Visão e Ação (UNIVALI)	B1	Governança e Ações Coletivas no Turismo Regional: a experiência dos Empreendedores da Região Oeste do Paraná	Tomio & Schmidt	5
2014	Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)	B1	Governança turística: políticas públicas inovadoras ou retórica banal?	González	6
2015	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Processo de Formação de Atrativos Turísticos Sustentáveis	Oliveira et al.	7
2015	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Cluster de Turismo e as Experiências do Estado de Minas Gerais na Formação de Circuitos Turísticos	Tavares	8
2015	Turismo: Visão e Ação (UNIVALI)	B1	A Governança na Política Nacional de Regionalização do Turismo: Estudo dos Grupos Gestores dos Destinos Indutores do Ceará	Fernandes & Coriolano	9
2016	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Capital Turístico e as Teorias Sociais de Marx, Bourdieu e Putnam	Taveira	10
2016	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	A Gestão do Conhecimento como Estratégia Competitiva para a Gestão do Turismo: uma contribuição teórica	Silva	11
2016	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Os Produtos Turísticos de Curitiba, PR, Brasil na Perspectiva de Gestores de Agências de Turismo Receptivo	Pazini & Gândara	12
2017	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (ANPTUR)	A2	Knowledge and synergy as inductors of regional innovation in tourism: the case of the Observatory for Tourism at Federal District (Brazil)	Souza et al.	13
2017	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	O Programa de Regionalização de Minas Gerais, Brasil: aspectos históricos, fragilidades e perspectivas	Sette	14
2017	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Smart Tourism destinations: um estudo baseado na visão dos stakeholders	Santos-Junior et al.	15

(continua...)

Quadro 2 – Continuação

Ano	Revista	QUALIS	Título do Artigo	Autor(es)	Código
2017	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	A importância do Posicionamento Internacional do Bosque de Pedras Marcahuasi como Destino Turístico no Peru	Mantilla & Bahl	16
2017	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Inovação em Turismo e Competitividade Regional: abordagem conceitual e ensaio de aplicação	Mazaro	17
2017	Revista Turismo em Análise (USP)	B1	Planejamento do Turismo a partir da Perspectiva Actor-Centered Power no Parque Estadual da Ilha Grande, Rio de Janeiro, Brasil	Araújo et al.	18
2017	Turismo: Visão e Ação (UNIVALI)	B1	Contribuição do estudo das características culturais do cluster da malacocultura da grande Florianópolis para a gestão das atividades de Turismo na região	Teixeira et al.	19
2017	Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)	B1	Santos e Região Convention & Visitors Bureau e a governança para o desenvolvimento turístico da costa da Mata Atlântica (SP)	Tineo & Tomazzoni	20
2018	Turismo: Visão e Ação (UNIVALI)	B1	Gestão municipal e ações integradas para o fortalecimento do turismo no território Quarta Colônia, RS, Brasil	Dotto et al.	21

Fonte - Elaboração própria (2018).

Por conseguinte, buscou-se verificar como os autores discorrem sobre a governança pública no turismo, enquanto literatura de base. Neste sentido, partindo dos interdiscursos bibliográficos utilizados pelos autores, pode-se constatar as seguintes proposições apresentadas, sumariamente, no Quadro 3.

Quadro 3 – Interdiscursos bibliográficos da governança

Código	Disposição da Governança enquanto literatura de base
1	Participação social local de forma responsável nas atividades que envolvem processos cooperativos, colaborativos e responsivos.
2	Interação entre os atores sociais e instituições na gestão dos recursos naturais, no desenvolvimento sustentável e tomadas de decisões conjuntas.
3	Requer capacitações técnicas e um modelo de estruturação pautado nas relações condizentes com os aspectos legais que envolvem a atividade turística.
4	Arranjo governamental em que o setor público envolve diretamente agentes não-estatais nas tomadas de decisões, políticas públicas e prestação de serviços. Orientado para o consenso de forma corporativista.

(continua...)

Quadro 3 – Continuação

Código	Disposição da Governança enquanto literatura de base
5	Exerce, em especial, um papel de ordenamento, de gestão e de articulação, tanto no setor público como no privado como um movimento de descentralização e participação.
6	Demanda do cidadão por buscar novas formas de tomar decisões coletivas e que também permita um papel mais ativo dos diferentes atores sociais.
7	Repartição de poder entre governantes e governados, onde indivíduos e instituições (públicas e privadas) gerenciam problemas comuns, acomodando interesses conflitantes e realizando ações de forma cooperada.
8	Envolve articulação e cooperação de atores sociais e políticos com arranjos institucionais para coordenação e regulamentação de transações nas fronteiras da esfera econômica.
9	Compartilhamento de poder, participação e decisão, visando promover aproximação e cooperação entre cidadãos, empresas e entidades sem fins lucrativos na condução de ações coletivas.
10	Participação ativa e representativa no desenvolvimento da atividade econômica por meio de parcerias entre grupos e organizações de capital público, privado e sociedade.
11	Cocriação de novos negócios turísticos e desenvolvimento de conceitos, produtos e serviços coproduzidos com <i>stakeholders</i> enquanto premissa à gestão do conhecimento.
12	Interação relacional entre governo, iniciativa privada, participação da comunidade local e entidades de classe visando o fortalecimento dos produtos comercializados pelo turismo.
13	Processo de articulação e interação de redes, propiciando a criação de um desenvolvimento não engessado e eficiente do processo colaborativo.
14	Envolve a busca pela descentralização do processo decisório sobre assuntos que envolvem conflitos de interesses que impulsionam processos de inovação social, gestão participativa e planejamento.
15	Relação de descentralização e participação que envolve a comunidade local no desenvolvimento turístico por meio de coprodução de serviços e <i>accountability</i> .
16	Reflete instituições e regras que estabelecem limites e incentivos para constituição e funcionamento de redes interdependentes de atores (governo, setor privado e sociedade civil).
17	Modelo de desenvolvimento no qual a gestão é responsável pelas decisões sobre o turismo nos destinos, que vão influenciar o desempenho competitivo em curto prazo e determinar o vetor de desenvolvimento para o futuro.
18	Descentralização da gestão e compartilhamento das atividades turísticas por meio da interrelação e confiança entre os atores políticos, econômicos e sociais.
19	Coordenação de agentes autônomos, numa hierarquia horizontal, com comunicação e liderança lateral, que dividem estruturas comuns e se fundamentam na transferência de conhecimento.
20	Nova forma de liderar processos de inovação, fortalecimento e mudança das dinâmicas turísticas, incorporando atores públicos e não públicos a fim de tomarem decisões coletivas.
21	Articulações organizacionais sobre políticas institucionais e estratégias mercadológicas, que de forma integrada assumem a perspectiva de desenvolvimento e contínua sustentabilidade das ações e relações entre indivíduos.

Fonte – Elaboração própria (2020).

Para a realização da exploração dos dados coletados tornou-se necessário dissociar, sinteticamente, os conceitos da Nova Gestão Pública e da Nova Governança Pública, a fim de identificar a partir das leituras apuradas, os possíveis vieses presentes nos artigos selecionados. Tal dicotomia pode ser observada no Quadro 4.

Quadro 4 – Dicotomia entre Nova Gestão Pública e Nova Governança Pública

Proposição	Nova Gestão Pública	Nova Governança Pública
Mudanças de Valores	“Value for Money” Co-concessão	“Public Value” Coprodução
Foco no Controle de Resultados e <i>Accountability</i>	Estado Mínimo: gerar lucros, aumentar a eficiência nos serviços públicos, promover resultados.	O Estado deve promover a coordenação, cooperação e colaboração dos <i>stakeholders</i> .
Parcerias	Ênfase nos estilos de gestão praticados no setor privado. Poder na gestão atuante valorizando a participação e co-concessão, utilizando medidas explícitas de desempenho	Focada nos processos de coprodução, institucionalizando a participação pública em redes de atores e interorganizacionais para a geração de bens ou serviços públicos.
Competitividade	A competitividade aumenta a eficiência e torna a prestação de serviços mais célere. Forte incentivo aos contratos de gestão e de resultados.	A cooperação é mais importante que a competitividade. O desafio é atuar com a gestão de conflitos entre os <i>stakeholders</i> .
Estado Articulador	Garantir eficiência através da redução de gastos e alocação de recursos (ênfase numa maior disciplina e parcimônia na utilização dos recursos).	Aumentar as redes, estimulando a comunicação e consenso entre os atores públicos e não públicos. Aproveitamento dos bens e recursos dos utilizadores e comunidades para alcançar melhores resultados e menores custos.

Fonte – Elaboração própria, baseado em Osborne (2006), Peci, Pieranti e Rodrigues (2008) e Pollitt (2000).

A partir dessa dissociação entre a Nova Gestão Pública e a Nova Governança Pública, foi possível estruturar uma base de dados para analisar e interpretar quanto a forma como a comunidade acadêmica tem abordado a governança pública, no contexto do turismo, a partir da amostra da pesquisa.

Vale ressaltar que a cooperação é a forma pela qual a Administração Pública e os *stakeholders* formam as redes de coordenação que irão direcionar a governança através de opiniões (geralmente conflitantes) que entrarão na agenda pública até a formulação e implementação de políticas públicas que visam reduzir, prevenir ou erradicar um determinado problema público. Já a coprodução é a atuação ativa de todos os *stakeholders*, com ênfase no papel do cidadão na produção de bens e serviços públicos e na participação direta no processo de implementação das políticas e ações coletivas.

A seguir, são apresentadas as sínteses das contextualizações do ideal sobre governança nos estudos acadêmicos analisados, bem como os possíveis enviesamentos à Nova Gestão Pública.

Quadro 5 – Síntese dos artigos selecionados

Abordagem	Código
A governança é caracterizada como parcerias público-privadas, com atividade passiva do cidadão e não como ativo. Há uma tendência à minimização da atuação da Administração Pública visto o processo de co-concessão estar mais evidente.	1, 10, 16, 18, 19, 21
A governança é caracterizada como parcerias público-privadas, com atividade passiva do cidadão e não como ativo. Há uma tendência à minimização da atuação da Administração Pública visto o processo de co-concessão estar mais evidente. Valoriza-se exclusivamente as parcerias público-privadas, priorizando os interesses do privado.	4, 8, 12, 13, 17
Utiliza-se o termo cooperação para se referir à coprodução (parcerias entre a gestão pública e os <i>stakeholders</i>), confundindo-se com co-concessão (parcerias público-privadas).	1, 4, 8, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 21
A governança é caracterizada como coprodução nas bases da cooperação, coordenação e colaboração entre a Administração Pública e <i>stakeholders</i> . Identifica-se explicitamente a atuação do cidadão participando ativamente do processo de desenvolvimento de produtos e/ou serviços turísticos.	2, 3, 6, 9, 15, 20
A governança é caracterizada como coprodução nas bases da cooperação, coordenação e colaboração entre a Administração Pública e <i>stakeholders</i> . Identifica-se implicitamente a atuação do cidadão participando ativamente do processo de desenvolvimento de produtos e/ou serviços turísticos.	5, 7, 11, 14
Percebe-se a atuação da Gestão Pública subsidiando e intermediando as relações entre a Administração Pública e os <i>stakeholders</i> na coprodução de serviços e/ou políticas públicas.	2, 3, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 15, 20
Mesmo apontando teorias que supostamente tratam de governança pública e incluem a comunidade civil das decisões democráticas e sociais, não foi possível perceber o posicionamento do autor, deixando subentendido em alguns momentos uma tendência ao gerencialismo com foco exclusivamente na obtenção de lucro ao privado.	10

Fonte – Elaboração própria (2018).

Isto posto, explicita-se no Quadro 6, as formações discursivas presentes nos artigos mais citados a partir da sua publicação, por periódico, segundo levantamento realizado através do *Google Scholar*, abarcando o horizonte temporal delimitado por este estudo.

Quadro 6 – Formações discursivas da governança dos artigos mais citados

Ano	Periódico	Código	Nº de Citações	Formações discursivas da Governança
2013	Revista Turismo em Análise	1	29	A Governança não incide na relação intermediada entre turismo e suas interrelações de coprodução, sendo esta aludida pelos autores como cooperação para a resolução de problemas entre os atores da rede, sobretudo na dinâmica de desempenho entre comunidades, empresas turísticas, organizações governamentais.

(continua...)

Quadro 6 – Continuação

Ano	Periódico	Código	Nº de Citações	Formações discursivas da Governança
2014	Revista Turismo em Análise	2	9	A Governança é um processo relacional que envolve alinhamentos convergentes para o desenvolvimento turístico. O autor abarcou características envolvendo relação entre gestão pública e <i>stakeholders</i> , acordos interorganizacionais, equidade, transparência, consenso e ações coletivas no processo de planejamento e implementação de políticas, gerindo conflitos e interesses individuais.
	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	4	3	Os autores propõem analisar a estrutura e eficácia da Governança trazendo categorias como representação, interação dos cidadãos, coordenação entre agentes de turismo e associações. No entanto, a Governança pública é estudada como uma subcategoria da Governança corporativa, a partir da exclusiva inserção de agentes não-estatais na tomada de decisões das políticas e parcerias público-privadas.
	Turismo: Visão e Ação	5	12	Governança é um processo de gestão descentralizada, envolve a participação de diversos atores nas tomadas de decisões. Embora não se refira explicitamente quais são esses atores, atribuindo-os como pares, o autor refere-se à articulação democrática e cooperativa nas ações coletivas, pautando-se no interesse coletivo, visando ordenamento e liderança para maximização de resultados.
	Caderno Virtual de Turismo	6	40	A Governança é contextualizada como um modelo democrático de participação social que fortalece a cidadania a partir da atuação dos atores no processo de tomadas de decisões. Os atores centrais nomeados no artigo desenvolvem capacidade inovadora com relação às políticas, e a coprodução de ações coletivas ocupa lugar de destaque.
2015	Revista Turismo em Análise	8	4	A Governança se aproxima minimamente da literatura trazida pelo autor. No artigo, a Governança é contextualizada como coadjuvante no processo de desenvolvimento e promoção do destino turístico. Não se apresenta como perspectiva central que visa corroborar analiticamente os resultados e desenvolvimento de ideias, haja vista a relação proeminente das parcerias público-privadas nos arranjos institucionais.

(continua...)

Quadro 6 – Continuação

Ano	Periódico	Código	Nº de Citações	Formações discursivas da Governança
2015	Turismo: Visão e Ação	9	13	Referem-se à Governança como um modo e sentido de governar, envolvendo preceitos de participação, horizontalidade, descentralização, estratégias de condução de políticas públicas, domínio e exercício dos cidadãos como proativo no processo de compartilhamento de poder, aliança, cooperação e coordenação entre gestão pública e demais atores constituintes na rede de Governança no turismo.
2016	Revista Turismo em Análise	10	2	Por inferência, a Governança é relacionada como meio de se garantir crescimento econômico, sendo este oriundo do capital turístico no qual o autor denomina como normativo, institucional e interorganizacional enquanto atividade econômica multifacetada. A cooperação é marcada como relação de confiança entre a rede de capital turístico. Todavia, a concepção do autor acerca da Governança pública não está evidente no texto.
2017	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	13	5	O autor atribui à Governança a inserção de agentes necessariamente ligados ao turismo no processo de seu desenvolvimento. No entanto, não os evidencia, embora trace uma conexão e interação com representantes do setor produtivo [privado] do turismo acerca da participação, relação público-privada, sem uma interrelação com a participação social na coprodução de políticas públicas e ações coletivas.
	Revista Turismo em Análise	15	7	A Governança é contextualizada pelos autores como modelo descentralizado e transparente que compete à participação de diversos atores no desenvolvimento turístico e coprodução de políticas a partir de associações de redes interorganizacionais e de atores, com efetiva atuação da comunidade local, assistidos pela gestão pública.
	Turismo: Visão e Ação	19	5	A Governança é apontada como processo de intercomunicação entre agentes individuais locais, atuantes na gestão do turismo, os quais integram setores competitivos do turismo regional que se fundamentam nas empresas do <i>cluster</i> turístico. Os atores públicos são responsáveis por fomentar políticas de desenvolvimento turístico visando a competitividade, sustentabilidade e justiça social por meio de Governança endógena.

(continua...)

Quadro 6 – Continuação

Ano	Periódico	Código	Nº de Citações	Formações discursivas da Governança
2017	Caderno Virtual de Turismo	20	8	Os autores contextualizam a Governança como participação e articulação dos atores envolvidos e responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, bem como na criação de redes por meio de coprodução de objetivos comuns que incide na descentralização do poder decisório e gerenciamento de conflitos e interesses individuais. Como condutora de políticas públicas, sua efetivação depende de articulação, alianças e cooperações.
2018	Turismo: Visão e Ação	21	3	Os autores apresentam traços superficiais de subcategorias da Governança [planejamento, parcerias, coordenação], mas não os direcionam à discussão da Governança pública, especificamente. Não há evidências sobre associação entre coprodução e Governança, embora ela se configure como coadjuvante para o desenvolvimento local, a partir do turismo, por meio da organização, promoção e divulgação dos eventos.

Fonte – Elaboração própria (2020).

De acordo com as análises realizadas até então, foi possível verificar os traços da polissemia da governança no turismo, desde os interdiscursos bibliográficos, nas sínteses das contextualizações supramencionadas, sobretudo nas concepções dissonantes acerca da Nova Governança Pública e Nova Gestão Pública.

Assim sendo, após as análises dos 21 artigos selecionados constatou-se, inclusive, que há uma maior tendência dos autores em tratar o termo governança aproximando-se da Nova Gestão Pública, bem como demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Ideologias sobre governança nos estudos acadêmicos

Análise	Código
Traços da Nova Gestão Pública podem ser identificados implicitamente	1, 4, 10, 16, 17, 18, 19, 21
Traços da Nova Gestão Pública podem ser identificados explicitamente	8, 12, 13
Há Implicitamente a percepção e aplicação dos conceitos da Nova Governança Pública	5, 7, 11, 14
Há Claramente a percepção e aplicação dos conceitos da Nova Governança Pública	2, 3, 6, 9, 15, 20

Fonte – Elaboração própria (2018).

Essa apuração confirma a polissemia acadêmica em lidar com o processo de Governança Pública tratando-a como uma característica da Nova Gestão Pública, na qual a co-concessão entre as parcerias público-privadas com enfoque no privado se sobrepõe à coprodução entre o setor público e os *stakeholders*, atuando mutuamente.

Percebeu-se que nos anos de 2013 a 2018, do total de 21 artigos analisados, 11 deles, o que equivale a 52% do total, possuem proposições implícitas ou explícitas da Nova Gestão Pública, e os outros 10 artigos, correspondendo 47% deste total, contêm uma abordagem abarcando a Nova Governança Pública. Um dado que merece destaque está na crescente dissonância quanto ao emprego da Nova Governança Pública nas pesquisas acadêmicas, a partir de 2016. Neste caso, é possível observar que a governança tem sido cada vez mais aludida através de características da Nova Gestão Pública, haja vista o aumento de números de artigos identificados contendo essa abordagem, implícita ou explicitamente.

O conceito de maior dissonância está no sentido como foi tratada a abordagem dos autores sobre a coprodução, atrelando-a, na generalidade, ao processo de co-concessão. Todos os 11 artigos que utilizaram o paradigma da Nova Gestão Pública referindo-se à Nova Governança Pública, apresentaram a co-concessão como atributo, em detrimento ao processo da coprodução.

Portanto, verificou-se que a governança foi relacionada nos 52% dos artigos analisados como característica ligada aos grupos de interesse do setor privado como diretriz à captação de recursos e obtenção de lucro. Esses grupos de interesse são vistos como protagonistas no desenvolvimento do turismo através de um viés econômico, associando as parcerias público-privadas, como doadoras ou apoiadoras financeiras à comunidade civil, sendo esta última, com mínima ou inexpressiva atuação pública.

Além disso, notou-se, também, que a presença dos cidadãos no contexto da governança foi limitada ao tratá-los como receptores e não como executores no processo de cooperação e coprodução, presumindo-os como usuários ou clientes, e não como integrantes dos grupos de interesse, sobretudo às ações coletivas e políticas públicas de turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os artigos selecionados por este estudo, constatou-se a predominância de entendimentos conflitantes quanto ao conceito e aplicação da governança. Ressaltando a dimensão do desenvolvimento do Turismo, evidenciou-se, também, a limitada participação de pesquisas brasileiras nessa literatura, o que pode servir de recomendação, a partir deste estudo, para que novos trabalhos possam emergir a fim de fortalecer os estudos acerca da governança pública como processo de coprodução, seja no turismo, seja em outro contexto de tão importante relevância.

A partir do objetivo proposto por este estudo sobre a compreensão relativa à governança pública no contexto do turismo, por meio das formações discursivas empregadas pela comunidade acadêmica, foram analisados 21 artigos publicados em periódicos nacionais. Com base na sistematização da literatura selecionada, chegou-se à conclusão de que a governança tem sido caracterizada, em grande parte da produção acadêmica, como paradigma econômico normativo e fomentador de parcerias público-privadas. Neste sentido, as abordagens concebidas em relação aos cidadãos os distanciam das ações de coprodução para uma concepção orientada ao ordenamento do turismo, através das relações interorganizacionais. Tais proposições foram identificadas em 52% do total dos artigos analisados.

Não obstante, os resultados deste estudo apontaram que 47% dos artigos analisados compreendem a governança pública no turismo como uma construção sociopolítica, constituída na coprodução de ações coletivas nas bases da cooperação, coordenação e colaboração entre a Administração Pública e *stakeholders*, com expressivo estímulo à participação da sociedade civil no planejamento e implementação de políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento do turismo.

Apesar de outros estudos já terem abordado o campo da governança pública no contexto do turismo, os trabalhos analisados nesta pesquisa, não abarcam explicitamente as formações discursivas que remetam à identificação de categorias que emergem de tais construções epistemológicas, uma vez que a linguagem e o entendimento aplicados entre os 52% dos artigos analisados, não refletem a real proposição desse paradigma.

As pesquisas aqui analisadas indicam que as divergências conceituais e terminológicas no campo da governança são também encontradas no âmbito de seus subdomínios, isto é, no que tange às relações de redes de cooperação e coparticipação. Essa é uma proposição recorrente no meio acadêmico, pois as concepções em torno da governança, da forma como é contextualizada, na maioria dos casos, faz inferir que existe um dissenso crescente entre os pesquisadores, tendo em vista o volume de artigos que se inclinam a conceber a governança pública no turismo, com base nas características eminentemente gerencialistas, prescritas pela Nova Gestão Pública.

Assim, compreende-se que a polissemia da governança no turismo configura-se uma literatura tão crescente quanto dispersa, e, neste caso, é preciso que haja uma continuidade de estudos acerca dessa temática, não apenas bibliográfica, mas também empírica. Dessa forma, acredita-se que haverá mais subsídios e novos insumos que possibilitem novos olhares e perspectivas quanto aos estudos da Nova Governança Pública e à geração do conhecimento teórico-empírico sobre esse assunto, o qual encontra-se em constante evidência na comunidade acadêmica, conforme observado por este estudo.

REFERÊNCIAS

- Antero, C. A. S. (2015). *Interação dos atores em um arranjo produtivo local sob a abordagem da governança aplicada por meio de um modelo bidimensional de análise*. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Viçosa.
- Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo*. 5.ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70.
- Beaumont, N., & Dredge, D. (2010). Local tourism governance: a comparison of three network approaches. *Journal of Sustainable Tourism*. 18(1), 7-28. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669580903215139>.
- Bel, G., Hebdon, R., & Warner, M. (2018). Beyond privatization and cost savings: alternatives for local government reform. *Local Government Studies*. 44(2), 173-182. DOI: <https://doi.org/10.1080/03003930.2018.1428190>.
- Blair, T. (1999). *Modernizing Government*. London: Thomson Reuters.
- Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2018). *Qualis Periódicos*. Referenciado de: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/>

- consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.xhtml. Acesso em: 19 jan. 2020
- Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]. (2017). *Relatório da Avaliação Quadrienal 2017*. Referenciado de: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Administracao-quadrienal.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020
- Brasil. Ministério do Turismo [MTur]. (2018). *Revistas Acadêmicas de Turismo*. Recuperado de: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/revistas-acad%C3%AAMicas-de-turismo.html>. Acesso em: 19 jan. 2020
- Cario, S. A. F., & Nicolau, J. A. (2012). Estrutura e padrão de governança em arranjos produtivos locais no Brasil: um estudo empírico. *Ensaio FEE*, 33(1), 177-206.
- Cossalter, P. A. (2004). A Private Finance Initiative. *Revista de Direito Público da Economia*, 2(6), 127-180.
- Diefenbach, T. (2009). New Public Management in Public Sector Organizations: The Dark Sides of Managerialistic Enlightenment. *Public Administration*, 87(4), 892-909. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2009.01766.x>.
- Fernandes, A. M. V. (2017). *Patrimônio cultural, turismo e a renovação das cidades: aproximações e dissonâncias entre Barcelona e Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Brasil.
- Fontes Filho, J. R. (2014). Da Nova Gestão Pública à Nova Governança Pública: as novas exigências de profissionalização da função pública. *XIX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Quito, Ecuador.
- González, M. V. (2014). Governança turística: ¿Políticas públicas inovadoras o retórica banal? *Caderno Virtual de Turismo*. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo, 14(1), 9-22.
- Greenwood, J. (1993). Business interest groups in tourism governance. *Tourism Management*, 14(5), 335-348. DOI: [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(93\)90002-3](https://doi.org/10.1016/0261-5177(93)90002-3).
- Hall, C. M. (2011). A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. *Journal of Sustainable Tourism*. Special Issue Paper, 19(4-5), 437-457. DOI: [doi:10.1080/09669582.2011.570346](https://doi.org/10.1080/09669582.2011.570346).
- Imasato, T., Martins, P. E. M., & Pieranti, O. P. (2010). Administrative Reforms and Global Managerialism: A Critical Analysis of Three Brazilian State Reforms. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 28(2), 174-187. DOI: <http://dx.doi.org/10.1002/cjas.163>.
- Jenkins, J., & Dredge, D. (2007). Trends, perspectives and practice. In: D. Dredge, & J. Jenkins (Eds), *Tourism planning and policy* (Chap. 3, pp. 112-156). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Kissler, L., & Heidemann, F. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), 479-499. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>.
- Klijn, E. H. (2012). New Public Management and Governance: A Comparison. In: D. Levi-Faur (Ed), *The handbook of governance* (Chap. 13, pp. 201-214). Oxford: Oxford University.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber*. Porto Alegre: Artmed.
- Neto, L. M., Salm, V. M., & Burigo, V. (2014). A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. *Revista de Ciências da Administração*, 16(39), 164-178. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p164>.
- Oliveira, W. M. (1996). *Perfil analítico-descritivo da pesquisa sobre clima organizacional em instituições de ensino superior: (1970-1995)*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

- Osborne, S. P. (2006). The new public governance? *Public Management Review*. 8(3), 377-387. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>.
- Ostrom, E. (1996). Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development. *World Development*. 24(6), 1073-1087. DOI: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X).
- Pacheco, R. S. (2010). A Agenda da nova gestão pública. In: M. R. Loureiro, F. L. Abrucio, & R. S. Pacheco (Orgs). *Burocracia e Política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI* (Cap. 5, pp. 171-196). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Peci, A., Pieranti, O. P., & Rodrigues, S. (2008). Governança e New Public Management: Convergências e Contradições no Contexto Brasileiro. *O&S*. 15(46), 39-55. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000300002>.
- Pollitt, C. (2000). Is the Emperor in His Underwear? An Analysis of the Impacts of Public Management Reform. *Public Management: an International Journal of Theory and Research*. 2(2), 181-199. DOI: <https://doi.org/10.1080/146166700411229>.
- Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2011). *Public Management Reform: A Comparative Analysis – New Public Management, Governance, and the Neo-Weberian State* (3rd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Provan, K. G., & Milward, H. B. (2001). Do Networks Really Work? A Framework for Evaluating Public-Sector Organizational Networks. *Public Administration Review*. 61(4), 414-423. DOI: <https://doi.org/10.1111/0033-3352.00045>.
- Radnor, Z., Osborne, S. P., & Nasi, G. (2013). A New Theory for Public Service Management? Toward a (Public) Service-Dominant Approach. *The American Review of Public Administration*. 43(2), 135-158. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074012466935>.
- Rashman, L., & Radnor, Z. (2005). Learning to Improve: Approaches to Improving Local Government Services. *Money & Management*. 25(1), 19-26.
- Rich, G. A., Bommer, W. H., Mackenzie, S. B., Podsakoff, P. M., & Johnson, J. L. (1999). Apples and apples or apples and oranges? A meta-analysis of objective and subjective measures of salesperson performance. *Journal of Personal Selling & Sales Management*. 19(4), 41-52.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3a ed.). São Paulo: Atlas.
- Seabra, S. N. (2001). A nova administração pública e mudanças organizacionais. *RAP Revista de Administração Pública*. 35(4), 19-43.
- Secchi, L. (2013). *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos* (2a ed.). São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, I. C. (2012). Governança nas aglomerações produtivas: proposição de um modelo teórico de análise da trajetória de formação e desenvolvimento da coordenação. *Anais do Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 36.
- Tomazzoni, E. L. (2009). *Turismo e desenvolvimento regional. Dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul: Educs.
- Tomazzoni, E. L. (2007). *Turismo e Desenvolvimento Regional. Modelo APL TUR aplicado à região das Hortências (Rio Grande do Sul – Brasil)*. Tese de Doutorado em Turismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Trentin, F. (2016). Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural – PASOS*. 14(3), 645-658. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.042>.
- Vergara, S. C. (2006). *Métodos de pesquisa em administração* (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Wegner, D., & Padula, A. D. (2011). Explorando a natureza transitória da governança de redes interorganizacionais: Uma análise empírica com redes horizontais de empresa. *Anais do Encontro de Estudos em Estratégia*. Porto Alegre, RS, Brasil, 5.

Recebido em: 04/02/2020

Aprovado em: 09/04/2020

CONTRIBUIÇÕES

Elias José Mediotte: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, revisão crítica, redação e adequação do manuscrito às normas da RTA e revisão linguística.

Magnus Luiz Emmendoerfer: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, análise de dados, revisão crítica, redação e adequação do manuscrito às normas da RTA e revisão linguística.

Guilherme de Avelar Oliveira: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, revisão crítica e adequação do manuscrito às normas da RTA.